



**Bruxelas, 13 de outubro de 2015
(OR. en)**

12901/15

**COPEN 266
EUROJUST 175
EJN 84**

NOTA

de:	Dr. Sebastian Jeckel, Representação Permanente da República Federal da Alemanha junto da União Europeia
data:	11 de setembro de 2015
para:	Christine Roger, Diretora-Geral, Conselho da União Europeia

Assunto:	Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008, relativa à luta contra a criminalidade organizada - Notificação efetuada pela República Federal da Alemanha
----------	---

Exma. Senhora Diretora-Geral,

As disposições da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008, relativa à luta contra a criminalidade organizada (JO L 300 de 11.11.2008, p. 42), constantes do anexo 1, são transpostas pelas disposições nacionais constantes do anexo 2. Os textos dos diplomas jurídicos pertinentes são notificados separadamente.

Além disso, chamamos a atenção para as seguintes informações:

Artigo 1.º (Definições):

Os termos "organização criminosa", constantes do artigo 1.º da decisão-quadro, não correspondem inteiramente ao termo "organização" constante da secção 129 do Código Penal alemão (*Strafgesetzbuch*, StGB – Constituição de organizações criminosas), que transpõe no essencial a decisão-quadro. De acordo com a jurisprudência relativa à secção 129 do StGB, entende-se exclusivamente por organização na aceção desta disposição

- uma organização estruturada, que se mantém ao longo do tempo,
- composta, no mínimo, por três pessoas,
- que, subordinando a vontade individual à coletiva,
- perseguem objetivos comuns e
- cujas interações são de molde a que se considerem eles próprios um grupo unificado.

Esta definição significa, por exemplo, que os grupos hierarquicamente organizados, que se limitam a aplicar a vontade de um líder autoritário sem uma "identidade de grupo", não estão abrangidos pela secção 129 do StGB. Ainda de acordo com a jurisprudência, o StGB estabelece requisitos mais exigentes relativamente ao grau de organização do que a decisão-quadro, a qual refere expressamente que uma organização não tem necessariamente atribuições formalmente definidas para os seus membros, continuidade na sua composição ou uma estrutura sofisticada. A redação da secção 129 do StGB não obsta a uma definição mais alargada. Todavia, tendo em conta a jurisprudência constante do Tribunal Federal de Justiça (que, com referência à decisão-quadro, entendeu ser necessária uma ação legislativa), propõe-se que os termos "organização criminosa" constantes da secção 129 do StGB sejam expressamente adaptados por lei à definição constante do artigo 1.º da decisão-quadro.

Artigo 2.º (Infrações relativas à participação numa organização criminosa):

Na secção 129 do StGB, a Alemanha transpõe o artigo 2.º, alínea a), da decisão-quadro em moldes que tornam desnecessária a transposição do artigo 2.º, alínea b).

Artigo 3.º (Sanções):

Para muitos atos que são típicos da criminalidade organizada, a forma "organizada" como é cometido o ato no quadro de um "bando" resulta, geralmente, num maior leque de sanções. Por conseguinte, junto se envia igualmente ([anexo 2](#)) uma panorâmica dos elementos de sanções aplicáveis neste contexto. Os textos dos diplomas jurídicos pertinentes são notificados separadamente.

Artigo 7.º, n.º 3 (Competência e coordenação da ação penal):

O artigo 7.º, n.º 3, da decisão-quadro ("não procedam ainda à extradição ou entrega dos seus nacionais") deixa de ser aplicável à Alemanha tendo em conta os n.ºs 1 e 2 da secção 80 da lei alemã sobre cooperação internacional em matéria penal (*Gesetz über die internationale Rechtshilfe in Strafsachen*, IRG).

(Fórmula de cortesia)

(a.) Sebastian Jeckel
